

O passado, o presente e o futuro dos historiadores*

Bruno Flávio Lontra Fagundes**

Resumo. O artigo analisa o mérito teórico que embasa a pretensão de historiadores em formação e formados, em postular trabalho em espaços e campos de atuação pouco convencionais, seguindo prováveis concepções de identidade e autorrepresentação profissionais que parecem fundamentar o perfil de um historiador de certa época que não é mais a que vivemos. Focando o trabalho com as mídias na trajetória dos *annalists* nos anos 1970, examina o possível quadro teórico que substancia as práticas de historiadores franceses, aproveitando para avaliar a intersecção com o movimento no Brasil criado pelo projeto de lei que institui a profissão de “historiador”.

Palavras-chave: Historiador; Memória; Profissão; Mercado; Mídias; Sociedade.

Historians' past, present and future

Abstract. Current article analyzes the theoretical merit that foregrounds the historian's pretension in formation, in postulating non-conventional work in space and field of activities, following probably conceptions of identity and professional self-representations that base the profile of the historian of a certain period which is not ours. Focusing on the media in the trajectory of the *annalists* in the 1970s, the possible theoretical framework that bases the practices of French historians is examined. The intersection with the movement in Brazil established by the law that institutes the profession of the historian is also assessed.

Keywords: Historian; Memory; Profession; Market; Media; Society.

El pasado, el presente y el futuro de los historiadores

Resumen. El artículo analiza el mérito teórico que sustenta la pretensión de historiadores en formación y egresados, en postular trabajo en espacios y campos de actuación poco convencionales, siguiendo probables concepciones

* Artigo recebido em 29/04/2014. Aprovado em 08/08/2014.

** Doutor em História. Professor do Colegiado em História da Unespar, Campo Mourão/PR, Brasil. E-mail: parabrunos@gmail.com

de identidad y auto-representación profesionales que parecen fundamentar el perfil de un historiador de cierta época que no es más la que vivimos. Centrando el trabajo en la trayectoria de los *annalistes* de los años '70 con los medios de comunicación, se examina el posible cuadro teórico que sustenta las prácticas de historiadores franceses, aprovechando para evaluar la intersección con el movimiento creado por el proyecto de ley que instituye la profesión del “historiador” en Brasil.

Palabras clave: Historiador; Memoria; Profesión; Mercado; Medios de comunicación; Sociedad.

Problematização - considerações iniciais¹

No projeto de lei que tramita no Senado Federal regulamentando a profissão de “historiador”, o projeto 4699, a ANPUH procura mobilizar seus filiados a fim de acompanhar a tramitação, apoiando a iniciativa. No rol de documentos normativos a que se sujeita a apreciação de matérias no Senado Federal, a justificção para a aprovação do projeto configura um historiador cuja atividade não se restringe mais ao exercício do magistério – básico ou superior.

O processo de criação da profissão parece algo que passa ao largo do interesse de muitos de nós, professores de história e pesquisadores, ocupados, na universidade, com tarefas cotidianas de preparação de aulas, encontros e seminários, orientações, reuniões, formulários e todas as providências de encaminhamentos burocráticos aos quais estamos submetidos. Movidos por regras de alta produtividade de agências de fomento, se o projeto de lei vingar, talvez nada mude na rotina dos historiadores especialistas que se dedicam quase exclusivamente à pesquisa. A existência, porém, de um profissional “historiador” socialmente reconhecido e com maior inserção social, como

¹ Esse texto é versão muito modificada de trabalho apresentado no ST História do Tempo Presente no XXVI Encontro Nacional da ANPUH, em 2011, na Universidade de São Paulo (USP).

vislumbrado pelo projeto, não pode ter consequências positivas se, nós, os historiadores, nos dispusermos a olhar o fato positivamente?²

No texto do Projeto de Lei 368/2009, projeto originário do qual derivou o Projeto 4699 que, em 2009, tramitava no Senado Federal, a medida da profissionalização estava justificada como a seguir:

O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística. ... No âmbito industrial, o historiador vem trabalhando na área de consultoria sobre produtos que foram lançados no passado, para análise de sua trajetória e avaliação sobre a viabilidade de seu relançamento no mercado consumidor, ou ainda, para o estudo das causas de seu sucesso ou fracasso. ... Pelas suas qualificações, o historiador é imprescindível para os estabelecimentos do setor de turismo, que contratam seus serviços para desenvolver roteiros turísticos para visitação de locais com apelo histórico e cultural. ... Entidades públicas e privadas recorrem ao historiador para recolherem e organizarem informações para publicação, produção de vídeo e de CD-ROM, programas em emissoras de televisão, exposições, eventos sobre temas de história. ... Não menos valiosa é a sua colaboração nas artes, onde o historiador faz pesquisa de época para os produtores de teatro, cinema e televisão, quer auxiliando na elaboração de roteiros, quer dando consultoria sobre os cenários e outros elementos da produção artística (In: <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/64881.pdf>. Acesso: maio. 2011).

O texto configura uma profissionalização certamente diferente do processo de profissionalização da história nos séculos XIX e XX europeus e do século XX brasileiro com a criação dos cursos de geografia e história.

Com diferentes nuances e enfoques, autores estrangeiros e brasileiros discutiram sobre o processo de institucionalização do que seria uma atividade

² A pessoa verbal de que me utilizo nesse texto, varia, ora para o singular, ora para o plural. Eventualmente, alguma passagem do que discorro é ilustrada por algo vivido como experiência própria, com o que não posso falar em nome de um coletivo. O que faço, muitas vezes, por se tratar, a meu ver, de situações coletivas vividas pela comunidade de historiadores.

sistemática e metódica de recuperar o passado e relacioná-lo com o presente e o futuro, ou com o estudo da sociedade nas ciências sociais — as quais boa parte dos historiadores entende se filiar. Autores sabem que o processo de profissionalização em diversas experiências históricas nunca foi pacífico e suas análises acentuam conflitos internos ao corpo de profissionais que se constituía, avaliando critérios adotados para a aceitação de novos membros no interior da corporação, como os conflitos entre historiadores especialistas e eruditos que pesquisavam o passado por critérios que não os obrigavam ao crivo dos novos profissionais.

A França e a Inglaterra são analisadas por Stephen Bann e Marc Ferro.

Bann analisa o desenvolvimento da profissão histórica europeia e suas relações com “as formas institucionalizadas de poder no Estado Moderno” (BANN, 1994, p. 27), mencionando as “duas mais célebres figuras da historiografia inglesa do século XIX”, Carlyle e Macaulay, que não se dispuseram a “aderir às instituições [de historiadores profissionais] recém-fundadas”, encontrando em “companheiros e amigos, preferencialmente em círculos literários e políticos de um tipo mais geral” sua autoridade e legitimidade (BANN, 1994, p.31). Já Marc Ferro realça a relação dos historiadores metódicos com historiadores antiquários e identifica sistemas de referência de autoridade e legitimidade da ciência histórica tomados de empréstimo de ciências já instituídas antes, como a medicina, o direito e a teologia (FERRO, 1985).

No Brasil, autores pesquisam a criação das universidades após a Reforma Campos, de 1931, e analisam — nas ciências sociais, principalmente — o processo de separação entre a reflexão literária e filosófica da reflexão sobre a sociedade, marcante do processo histórico brasileiro, onde, durante muito tempo, a literatura foi “mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito” (CÂNDIDO, 1976, p.156).

Embora análises não incluam uma reflexão mais sólida sobre as possibilidades de atuação de historiadores brasileiros como suposto no projeto de lei do Senado, subentende-se que formados em história não teriam o que acrescentar às motivações de novos espaços de atuação propalados. Quase sempre motivados por razões indevassáveis e interesses imediatistas e lucrativos de mercado, esses espaços precisariam de profissionais que fizessem o que já seria esperado pelos públicos e consumidores de memória, onde historiadores não caberiam, uma vez que seriam por demais ciosos de seu “papel crítico” — elemento, entendo, de um *ethos* identitário com que foi construída a representação do que é ser historiador.³ Mesmo feitas oralmente em simpósios e encontros de área, sem gerar registros escritos a que possamos nos remeter — há análises que relatam experiências vividas de tentativas de atuação nesses espaços — principalmente midiáticos — onde historiadores foram rejeitados.⁴ Glezer vai além e registra sua crítica da apropriação e difusão da história que fazem os meios de comunicação — a televisão, por exemplo.

³ Textos de apresentação de cursos de história publicados em sites, a despeito de serem retóricos e/ou copiados de outras fontes, são intrigantes quando tratam de qualificar o que é o historiador e a história. Dizem da disciplina e de seu praticante como se unguídos de um atributo de “criticidade” sugestivo de um perfil que me parece extemporâneo, de uma identidade profissional que encarrega a disciplina e seu praticante de exercer uma função de “ser crítico” que, a meu ver, parece próximo de uma idealização. Provavelmente incerto no interior de uma tradição interpretativa sobre a disciplina e seu praticante, esse perfil lhe reserva um papel idealizado, onde o historiador é, algumas vezes, segundo textos de apresentação, alguém cuja intervenção social seria mesmo capaz de transformar a realidade, que, sem ele, nunca se transformaria.

⁴ Em conferência em encontro recente na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), onde sou professor, no IV Colóquio Nacional Cultura e Poder, um colega da USP começou sua conferência sobre “o papel do historiador e os espaços de formação” com o que já se tornou um bordão: “os historiadores só escrevem para si mesmos”. O colega também se referiu à história de uma sua ex-aluna, contratada por grande canal de televisão para assessorar minissérie que tratava da cidade de São Paulo no século XIX. A aluna, depois de pesquisar, verificou que a cidade possuía naquele século muitas casas cinza pela técnica construtiva do adobe e do pau-a-pique. Ciente do dado histórico, a direção da referida minissérie dispensou a pesquisa alegando ser inadequado para minisséries televisivas filmar casas sem cor, pois não interessaria a seu público telespectador.

Procuo acompanhar o que veículos de comunicação produzem. A história apresentada pela televisão, no caso das minisséries históricas, segue o roteiro literário clássico do século XIX, o do romance burguês, no qual o conteúdo histórico aparece sob a forma de tema, cenário e costumes exóticos, através das roupas, e no que se projeta como comportamento de indivíduos destacados. Estas minisséries incorrem no problema de anacronismo, ressaltando o exotismo do modo de vida do passado. O que aparece é o exótico, permeado por anacronismos, em uma estrutura romanesca clássica, tradicional, na qual “todos os males serão devidamente castigados” – pois perderam suas características históricas que são significativas, e, todos os “bons”, todos os heróis serão recompensados, como se a história fosse o resultado de atos individuais de seres destacados e não o resultado de ação social coletiva. Tal formato é de um tipo de comunicação sobre o qual a comunidade científica não possui meios de controle. Conheço alguns historiadores que foram assessores de minisséries e/ou novelas históricas, que sempre mencionam que “não adianta dizer que uma pesquisa sobre tal ou qual evento e/ou personagem existe” e são divergentes do que é consensual, isto é, do que está nos livros didáticos. Ressaltam eles que não existe a possibilidade que o conhecimento sobre determinado período seja apresentado conforme as discussões historiográficas, porque ele deve ser processado pelo viés da construção narrativa romanesca (GLEZER, 2009, p.239).

A questão é espinhosa, porém entendemos que ela deva ser investigada sob alguns aspectos relevantes da relação entre historiadores no interior da corporação acadêmica e da relação entre a cultura histórica historiadora e a cultura histórica em geral.

Examinando os historiadores como homens políticos, Hobsbawn adverte que eles não devem se furta de sua dimensão de contribuintes sobre o

que a sociedade constrói sobre seu passado: “eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político” (HOBSBAWN; RANGER, 1984, p.22). Ao definir seu conceito de “didática da História”, Rusen reconhece a perda de vínculo da reflexão histórica com as “necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo” no processo de profissionalização da história no século XIX alemão. “A esse respeito, a ‘cientifização’ da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática” (RUSEN, 2010, p.25).

Uma consideração intempetiva

Correm informações no senso comum sobre historiadores e a história na realidade brasileira que costumam tratar-nos muito pragmaticamente como amantes de museu e coisas velhas. Devemos rejeitá-las por inteiro como percepção desinformada e ignorante ou considerar que exista algum ponto de realidade nas convicções que as organizam?

Se aceitamos que a justificativa do projeto de Lei 4699 detecta uma falta para pleitear o que pleiteia no texto do projeto, subentendendo que historiadores podem aparecer mais na vida pública exercendo e/ou participando de outras atividades e iniciativas, então a História vem — já há alguns anos — “perdendo terreno” e os historiadores postos de trabalho e de atuação. A história vem perdendo espaço para a memória, da qual se afasta, mas com a qual se combina: a matéria vertente de ambas é o passado. No site da ANPUH, o presidente da associação “endossa” as palavras da relatora do projeto de lei: “Os historiadores não estão mais restritos, em seu trabalho, às salas de aula. São imprescindíveis em museus, centros culturais, empresas de publicidade e de turismo” (In:

http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=3320. Acesso: 20 set. 2012).

Gostemos ou não, dados sobre o ensino de história nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio e sobre a situação da matéria “história” dentro das escolas não são bons. Os professores não se realizam, os alunos não “veem sentido” em estudar a matéria, o que não é exclusividade da matéria escolar história, embora existam boas iniciativas feitas por professores da matéria.

Já o senso comum brasileiro é mais pragmático e refere-se ao que seria nossa “falta de utilidade”, desdobramento do que assinalamos acima como apaixonados por papéis velhos sem serventia.

Ora, a colocação parece-nos um pouco imprópria se levarmos em consideração mensurar a “utilidade do passado” como se a história fosse uma ciência natural. Mas se somos resultados de uma formação social em que há pontos de vista que fazem a indagação, nós, historiadores, não deveríamos pensar sobre nossa dificuldade em enfrentar a questão com a devida atenção? “Para que serve a história?”, perguntava Marc Bloch, e ainda não me parece que tenhamos conseguido formular resposta convincente para além do entendimento dos pares. Não seria o caso de sermos nós aqueles que exatamente deveriam saber apreciar melhor a percepção social sobre nossa falta, ou pretensa falta, de utilidade? Cursos superiores ditos “tecnológicos” têm sido criados em profusão e não está presente no horizonte imediato de seus “clientes” a história — assim como as humanidades.⁵

⁵ A fala do colega mencionado na nota anterior num evento acadêmico coincidiu com outra fala em evento menos de dois meses depois na Unespar, o V Enieduc – Encontro Interdisciplinar de Educação. Em mesa sobre desafios do ensino de história, uma colega de outra universidade do Estado do Paraná começou, em sua palestra, exatamente com as mesmas palavras do colega uspiano: “os historiadores só sabem escrever para si mesmos”. Se o bordão sai com naturalidade da boca de muitos de nós, mereceria ser analisado com coragem, inclusive para se investigar se o fato tange a questões referidas à corporação científica meramente. Elas poderiam se referir a outras coisas, como – por exemplo – a relação de poder das mídias com a sociedade, a relação da ciência com a sociedade, as condições de hiperprodutividade a que os acadêmicos

A pergunta de Marc Bloch não estaria sendo substituída por outra: “O que fazemos hoje com um curso de história? O que podemos fazer como historiadores”? Se a pergunta de Bloch inclui o verbo “servir” e pode-se questioná-la pelo que pode ser entendida por outros como um juízo de valor quanto ao objeto da ciência histórica, já a segunda pergunta não me parece remeter ao objeto da história, mas a seus fazeres e suas utilidades sem questionar seu valor. Podemos tratar o fato considerando que se trata de uma imagem, uma representação social sobre os historiadores, mas é da realidade mesma das representações e dos estragos que elas podem causar de que se trata. Nós, historiadores, somos cheios de defesa ao ouvir falar da “aplicabilidade prática” de nosso fazer. Não estamos sendo conservadoramente datados? Não aceitar “aplicação prática” para nossa disciplina não é agir com o ceticismo que muitos de nós, modernos, gostamos de identificar no ceticismo dos outros — normalmente os pós-modernos?

Em instituições de ensino superior, cursos de história têm desaparecido, cursos foram fechados em universidades particulares e, hoje, a história sobrevive, especialmente, em universidades financiadas pelo orçamento público e em algumas PUCs do país, o que não é pouco.⁶ Em que medida a responsabilidade dos fatos não cabe aos historiadores e também a seus paradigmas que informam a crença do lugar social da história e do historiador por eles praticados?

Falemos um pouco sobre possíveis mutações desses paradigmas.

são submetidos – o que não lhes dá espaço para se dedicar a outros públicos senão eles próprios – ao desdém histórico de grande parte de cursos de história à graduação e a públicos mais indistintos etc. Provavelmente, são muitos os aspectos envolvidos nesse processo para se culpabilizar uma conduta de poder vaidosa de historiadores acadêmicos somente. É corriqueira a afirmação sobre nosso fechamento, mas creio deva haver motivações da ordem da relação entre academia histórica e sociedade que levam a questão para além de razões corporativas profissionais e de razões pessoais de prestígio e poder.

⁶ A fundação de ensino superior em Minas Gerais na qual trabalhei durante quatro anos, de 2002 a 2005, fechou todas as suas licenciaturas, história, letras, matemática e geografia, em 2007.

Interesse por história, memória e passado

A “falta de sentido” que justifica a pretensa ausência de vontade por história e seus cursos precisa ser pensada teoricamente. A identificação — equivocada ou não — de sua “inutilidade” e as reações indignadas de historiadores especialistas não acontecem, paradoxalmente, num contexto de retraimento do interesse pelo passado. Ao contrário.

Analisando, em 2005, o que qualificava de um “neo-historicismo”, Beatriz Sarlo discute a história feita por historiadores acadêmicos e não acadêmicos. As últimas décadas viram um espantoso processo de “museificação”, a disseminação do “passado-espetáculo”, um “surpreendente renascer do romance histórico, dos *best-sellers* e filmes (...) das histórias da vida privada (...) da reciclagem de estilos”.⁷ O processo, segundo Sarlo, deixa “historiadores e ideólogos inconformados”, mas alerta: “as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo tardio com tanta eficiência como quando foram objeto privilegiado das instituições escolares desde o fim do século XIX” (SARLO, 2005, p.11). O que a autora coloca em termos de mudança da realidade nas últimas décadas, um tipo de “hipervalorização de memória”, cria oportunidades e espaços de atuação para historiadores no “capitalismo tardio”, contra o qual a autora faz críticas e ponderações sem entender, no entanto, que sejam em si mesmos deletérios.

Podemos pensar, interna e externamente às universidades, sobre ações de extensão e de difusão que se utilizam de equipamentos que viabilizam, a princípio, iniciativas menos “vendidas ao mercado”. São equipamentos educativos e culturais onde há lugar para elaboração/difusão de conhecimento e participações mais conceituais, valorizadas por agências de fomento científico — como as diversas rádios e tevês educativas

⁷ Também Hartog (2006) trabalha a expansão do fenômeno para construir seu conceito “presentismo” e Andreas Huyssen (2000) fala-nos como se “seduzidos pela memória”.

universitárias — com editais de financiamento de projetos de extensão, e mesmo rádios e televisões públicas, por exemplo. Se deixamos em suspenso momentaneamente essa realidade, parece-nos que há um postulado intrínseco defendido por muitos de nós de que esses “não são nossos lugares”, de que algo de nossos estudos seria deturpado se sua legitimidade fosse procurada em alguma utilidade/praticidade que se aproxime do mercado. Permito-me um comentário sobre experiência pessoal: onde me graduei e me pós-graduei, há rádio educativa sedenta de programas de caráter científico de todo tipo — histórico, inclusive — rádio que demanda e estima a colaboração de historiadores e de outros “cientistas” inserindo, na grade de programação da emissora, programas científicos mais conceituais cuja concepção é totalmente deixada a cargo de professores e alunos. Rádio que se disponibiliza a entrar como apoio para execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão e alunos e professores de vários cursos têm iniciativas lá. A se tirar uma ou outra exceção, e mesmo com conhecimento do fato, os historiadores praticamente não aparecem lá.⁸

Possíveis quadros teórico-conceituais do debate e as razões de todos os lados

Talvez já se possa vislumbrar minha mensagem — a de que os historiadores poderiam participar desse grande movimento do que seria uma “hiper-valorização” do passado e da memória, talvez com outros parâmetros, exercendo sua criticidade de formação, assumindo que este atributo que lhe foi conferido condensa um preceito que não seria bom ser abandonado, mesmo contra o tom um tanto desesperançoso de que a professora Raquel Glezer configura o campo em suas palavras mais acima nesse texto.

⁸ É preciso fazer um adendo. Essa era a situação em 2010, quando esse texto foi escrito pela primeira vez. Passados hoje quase quatro anos, já começa a haver iniciativas de alunos e professores do curso de história junto à rádio.

Proponho a possibilidade de historiadores poderem apresentar a história por meio de outras modalidades narrativas que não seja apenas o texto especialista. Parece-me que há ainda um componente auspicioso dessa reflexão sobre *espaços de e habilidades para* outras atuações que remete ao processo de politização da sociedade brasileira: a emergência de sujeitos sociais novos no curso da politização acompanhada da revalorização das funções da memória nos processos de fixação de identidades e definição de interesses dirige alguma expectativa em torno do que historiadores profissionais podem fazer a fim de enriquecer e/ou incrementar, com proposições relevantes, o encaminhamento de soluções a desafios e dilemas postos a vida coletiva, pública ou privada.

Essas possibilidades envolvem questões teóricas a serem discutidas e a questão não parece ser apenas brasileira.

Quando estive em 2008 na universidade onde eu me doutorava, o historiador francês, Serge Gruzinski, fazendo palestras, comentava o embaraço de colegas franceses em consultorias para exposições em museus, e com um livro na mão bradava indignado: "nós só sabemos escrever livros!!". Creio que Gruzinski manifestava ali, de forma sub-reptícia, uma indignação que é *teórica*. É pouco achar que só aprendemos, ensinamos, transmitimos, nos formamos, conhecemos por meio de textos e livros — só pela leitura ou pela escrita. Melhor, matizemos isso: é pouco achar que, entre variadas formas de expressão e colocação do discurso histórico, por entre mídias variadas, a elaboração em cujo centro se encontra a escrita e a leitura sejam intrinsecamente superiores. Alguma tradição nos formou para acreditarmos nisso. Sem, em absoluto, relativizarmos a escrita e a leitura, não seria mais produtor admitirmos que elas não estão mais no centro do conhecimento e da elaboração de discursos sobre o passado, e que isso não é necessariamente ruim?

Pensem em algumas atitudes tomadas por membros de correntes canonizadas de pensamento sobre a história.

A nova história francesa é motivo de controvérsia quando se verifica que sua legitimidade historiográfica — pelo menos a da denominada “terceira geração” — se construiu *pari passu* a uma relação vantajosa e lucrativa com um mercado de massa midiático que envolveu publicação de coleções de livros para o grande público, emissões de rádio, de televisão e cinema, revistas de circulação ampla. Retenho por ora apenas algumas afirmações dos *nouveaux historiens* quanto ao que entendem sobre a relação da história com as mídias, eletrônicas ou não:

[História] Nova porque põe em causa o próprio lugar do observador, do historiador, que, como explica muitíssimo bem Pierre Nora, já deixou de falar sob um ponto de vista absoluto — Deus, o progresso da Humanidade, a luta de classes — tendo, pelo contrário, de justificar a necessidade e a urgência dos seus trabalhos (LE GOFF; LE ROY LADURIE; DUBY *et al.* 1977, s/p).⁹

Identificando o que considerava um “êxito” que os *mass-media* introduziam na profissão de historiador e a questão mais propriamente historiográfica que o fato suscitava, Michel De Certeau assegurava, em 1978, que o fato ligava *produção* de conhecimento e sua *apresentação*:

A reflexão sobre a produção, quer dizer, sobre a metodologia, insistiu sempre mais no inventário, na classificação e no tratamento das fontes do que na construção do discurso. Ora, a passagem do livro especializado ao filme e à emissão televisada exige que se repense a relação existente entre o trabalho profissional da investigação (também ele modificado) e a representação historiográfica. Há que indagar também a respeito da “encenação” da História, num momento em que se multiplicam as possibilidades e em que ela se inscreve manifestamente como uma variante dentro do campo mais vasto do espetáculo. Em que medida é histórica uma representação literária ou filmada? Como é o discurso histórico, é um espetáculo específico? (In: LE GOFF; LE ROY LADURIE; DUBY *et al.* 1977, p.20).

⁹ O trecho não é assinado e consta da introdução da obra.

E Le Goff faz uma afirmação que soa “vendida” para muitos de nós. “De fato, estou cada vez mais convencido de que a história não poderá manter uma qualquer função no âmbito da ciência e da sociedade se os historiadores não souberem pôr-se em dia no que se refere aos novos meios de comunicação” (LE GOFF, 1982, p.17).

São afirmações “fortes” se pensarmos em nosso lado de desconfiança epistemológica quanto ao que podem os mídias, intrinsecamente, deturparem o discurso histórico sobre o passado.

Contra o que poderíamos identificar de um ceticismo da parte dos historiadores que resistem experimentar os “novos meios de comunicação” para representar a história — por meio dos quais se estabeleceria uma relação com a cultura histórica geral também legítima — Stephen Bann toma a história nova para verificar a diferença entre os sistemas de referência de autoridade das historiografias inglesa e francesa.

Na Inglaterra, os historiadores teriam preferido os “corredores do poder” a fim de justificar sua autoridade de cientistas, enquanto os historiadores franceses legitimavam-se na venda de livros de não ficção para o mercado. O autor reconhece aí um dilema mal resolvido na cultura histórica [historiadora]: “continuar a dirigir-se a comunidade de historiadores diplomados ou irromper decididamente no mercado popular que pode, teoricamente, ser capturado sem qualquer perda nos padrões críticos” (BANN, 1994, p.29).

Teoricamente, sem perder os padrões críticos, assegura Bann. Bem ou mal, o autor parece-nos dizer que, contra o argumento do poder, nada se pode fazer: se os *nouveaux historiens* se emponderaram por conta de “prestarem serviço e fazerem produtos para o mercado”, os ingleses se emponderaram preferindo à custa do Estado que lhes financia. O que supõe alguma retribuição, seguramente.

A discussão não é tranquila, há razões de todos os lados e argumentos contrários devem ser mencionados.

O historiador Astor Diehl reconhece a “revolução historiográfica” realizada pela história nova, mas releva sua “patologia” provocada por sua “forte tendência ao mercado” e, “em termos da busca dos parâmetros modernos da ciência”, a perda de sentido dos *nouvelles*: “um afrancesamento [da História] pelo qual ocorre uma aproximação da nova história francesa e da história cultural, fazendo da história uma forma mediática de comunicação entre passado e presente” (DIEHL, 2002, p.189).

Bem na linha do que diz Raquel Glezer, transcrito antes, Carlos Fico, em 1993, expunha suas restrições escrevendo sobre um “incêndio cenográfico” na historiografia brasileira. promovido pela afluência saliente da nova história francesa. A história, dizia, “tem se tornado interessante para o grande público”, mas o que repercute é apenas o exótico, o místico, enfim, o que promove algum espetáculo, mas, principalmente, o que não se pode abordar por parâmetros racionalistas e que faz referência a “um indivíduo ou a um episódio particularíssimo”. Acusando a falta de explicitação de critérios de objetividade, o risco de que a “relação do historiador com os meios de massa e o mercado editorial” podia induzir a uma “comercialização sistemática de escolhas de temas de pesquisa” e o constrangimento que sofriam os trabalhos motivados mais pela sua repercussão do que por critérios de validade científica, o historiador asseverava: “as concessões que a comunidade de historiadores, aqui e em outros países do mundo, têm feito a chamada ‘cultura massificada’ talvez sejam em número maior que o desejável” (FICO, 1994, p.123).

Atento a certo anseio de o historiador buscar o mercado pela utilidade da história que ele favorece, o historiador José Carlos Reis resgata as ideias de Marc Bloch sobre a utilidade da história, mas revê a natureza mesma dessa “utilidade”. A história teria uma “utilidade pragmática de valor incalculável”,

estabelecendo o “diálogo entre os homens passados, em suas situações e soluções específicas, e os homens do presente, em seus problemas específicos.” A utilidade da história é que ela “restabelece o diálogo entre o presente e o passado, entre os homens mortos, que recuperam a vida, e os homens vivos, que reconhecem a morte” (REIS, 2011, p.115). A utilidade e a legitimidade da história são secundárias, mas nem por isso inexistem. “Pelo contrário, a consideramos de um valor inestimável: o historiador é nada mais nada menos do que o ‘mediador de um diálogo’ (...) entre os homens passados, cuja presença torna-se viva, e os homens presentes, que se sentem menos solitários e desprotegidos” (REIS, 2011, p.118). Aos homens do passado, esse diálogo oferece “igualmente a esperança de sobreviverem a sua finitude (...) à administração da intolerável experiência da finitude” (REIS, 2011, p.118-119).

Memória e história – a tópica das “demandas sociais” e do fechamento profissional

A questão da atuação do historiador em outros espaços, atentos e atenciosos com outras habilidades, com outras formas de texto, encontra raízes em algumas tópicas teóricas que, se não resolve problemas definitivamente, pelo menos ajudam a relevar que as questões de que vamos tratando precisam ser envolvidas por investigação de concepções de história e o que marca sua relação com o social, que a cada tempo refaz suas demandas.

Se admitimos que o historiador já não é mais o mesmo, se a sociedade se movimenta a fim de se interessar pela memória — que não é igual história, é importante, sim, que se diga — e procurar sentido para suas vidas numa sociedade que tem relação cada vez mais abstrata com as coisas, talvez devêssemos retomar os debates sobre a narrativa histórica, onde se abriga a discussão epistemológica sobre a *representação da história* como tarefa do historiador tão nobre quanto sua produção científica — como quer De Certeau

em trecho que citamos acima. No interior da discussão sobre a narrativa histórica, Hayden White aponta o que historiadores já de algum tempo têm consciência: “A ciência é também uma prática que precisa ser tão crítica quanto ao modo como *descreve* seus objetos de estudo quanto é na relação ao modo como *explica* suas estruturas e processos” (WHITE, 1991, p.47).

A história do tempo presente ajuda-nos a pensar os termos de nossa mensagem e argumento.

Estudando o surgimento da Escola Metódica Francesa, na segunda metade do século XIX e o conflito dos historiadores profissionais com eruditos amadores, Marieta de Moraes Ferreira identifica o surgimento do tempo presente como dimensão de estudo para historiadores a partir da retomada de uma perspectiva que a escola metódica recusara no século XIX. Tal perspectiva incluía conceitos sobre fonte histórica, tempo passado, papel da memória e relação dos historiadores com a cultura histórica em geral. A história do tempo presente retoma, no século XX, o que os eruditos franceses dos séculos XVIII e XIX haviam acreditado: que testemunhos históricos são fontes históricas legítimas, a história contemporânea pode ser objetiva, a memória oral não é mais problemática que a escrita, a função política da história em formar cidadãos pode partir de fatos de passado recentes como remotos. Finalmente, o compartilhamento do tempo histórico do historiador com aqueles que fazem a história pode ter um lado positivo, visto que o historiador deve dividir “com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. (...) a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada” (CHARTIER, 1993 *apud* FERREIRA, 2000, p.10).

Para a autora, no curso do processo, houve uma expansão da perspectiva que “explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens” (FERREIRA,

2000, p.11); houve um “grande dinamismo e renovação para o campo disciplinar da história (...) com ampliação do movimento editorial” e, principalmente, um “interesse crescente da sociedade em geral pelos temas históricos”. Diz a autora: “a sociedade de modo geral também tem demonstrado interesse na recuperação da memória coletiva e individual. É um fenômeno facilmente detectável”. E o que é crucial: “a demanda pelo estudo da história recente tem assim levado a comunidade dos historiadores a rever suas posições” (FERREIRA, 2000, p.12). No entanto, para a autora, a nova realidade traz desafios. “Novamente os historiadores confrontam-se com a competição dos amadores e com o crescimento do interesse pela história política e pedagógica”. Renasce um velho dilema: o de “fazer valer as regras para a escrita da história científica das teses e monografias eruditas e passá-las ao manual de ensino superior e depois às sínteses para o grande público”. Pergunta a autora como será

transformar as novas aquisições inovadoras produzidas pela academia para estendê-las ao grande público? Como produzir uma história seguindo as regras científicas e ao mesmo tempo produzir manuais necessários à formação política e cívica dos cidadãos das sociedades modernas? (FERREIRA, 2000, p.12).

Os desafios colocados pela historiadora vão ao encontro do que vamos discorrendo acerca do interesse que a memória, igualada à história, tem despertado.

O acolhimento da história do tempo presente não reflete premissas do metiê historiográfico que acabam por interessar a sociedade em geral como protagonista de fatos históricos? A concorrência dos amadores não seria saudável se nós, historiadores, conseguíssemos colocar nossos posicionamentos sobre a história e a memória reconhecendo que somos uma, mas apenas uma, das referências quando se trata de analisar o passado? O fato-desafio não nos convida a um convívio que pode ser bastante salutar sem que por isso

percamos nossos padrões críticos, como pondera Stephen Bann? A formulação de Beatriz Sarlo põe uma pedra provisória sobre a questão:

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos de lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou um lugar-comum (SARLO, 2007, p.9).

Para Paul Ricoeur, “a história não pertence apenas aos historiadores” (RICOUER, 2002, p.59) e a reflexão de Manoel Guimarães parece-nos seminal: “A história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de ‘cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança’” (GUIMARÃES, 2006, p.70).

Consciência pública e apresentação da história – o que podem os historiadores?

Há cientistas da cultura que declaram com apreensão o que seria o isolamento de historiadores e a perda evidente da importância da história na consciência pública em geral.

Analisando, no início dos anos 1980, as “mudanças decisivas” na historiografia alemã nos anos 1970 do século XX, Etienne François indica que, saídos de seu isolamento, os historiadores e a história ainda ocupam um lugar secundário entre as ciências humanas na Alemanha, e indaga se não há um problema de circunscrição da história ao metiê profissional:

as grandes dificuldades enfrentadas pelos historiadores alemães para comover um público que ultrapassa o círculo estreito dos especialistas não serão, por acaso, um sinal de que a mutação da historiografia alemã talvez esteja menos adiantada do que se poderia acreditar no estrangeiro? (FRANÇOIS, 1993, p.27).

Stephen Bann avalia a situação de uma crise na história, mesmo admitindo que os historiadores “são mais numerosos do que jamais foram”. Eles estão desafiados a “ter de justificar a relevância sociocultural de suas atividades”, já que sua relevância “para a sociedade não é assumida como auto-evidente”, pondo os historiadores numa situação desconcertante de terem que dar “muitas explicações” sobre sua função e utilidade (BANN, 1994, p.151).

No Brasil, de maneira geral, como já assinalamos, os historiadores são vistos pejorativamente como alguém que ama coisas velhas e museus, como quer o senso comum.

Se isso tem um fundo de estupidez, não haverá também um pouco de realidade? O fato não nos convoca a rever conceitos e ideias, saber dizer a história e a memória sem incorrer no distanciamento político e dialógico com a sociedade? Nossa referência de autoridade se esboroa quando passamos a viver uma situação de concorrência que nos obriga a algumas habilidades que nunca antes foram necessárias, porque sempre soubemos nos proteger de nós mesmos. Enquanto a história estudou um passado distante só acessível a especialistas, éramos impecáveis, e agora, o que fazer agora, quando estamos ao alcance, senão do conhecimento, pelo menos do juízo de muitos, mais até dos “simples amadores”, de quem a história, um dia, teve de se distanciar por um ideal científico? *Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX*, de Manoel Luiz Salgado Guimarães, é texto que desenvolve as dificuldades e conflitos em que investigadores e escritores profissionais de história na primeira metade do século XIX francês estiveram envolvidos no confronto com eruditos não profissionais para amealhar o “monopólio da fala com relação ao passado” (GUIMARÃES, 2002, p.184).

Chaves teóricas de análises importantes parecem-nos que se abrigam no debate sobre a distinção entre as narrativas histórica e científica, o que

recoloca em pauta com força e relevância a tarefa de o historiador saber *apresentar* sua produção.

A colocação da questão sobre a atuação do historiador em espaços que lhe seriam furtivos, como as mídias eletrônicas, por exemplo, mas não só, e/ou sobre a realização pelo historiador de produtos para públicos não especialistas — o que implica saber dizer/escrever segundo convenções de expressão que não são as do metiê — tem raízes conceituais, então.

Finalmente, assumida pelos historiadores desde os anos 1980, no debate afirma-se que o ideal de ciência histórica no século XVIII postulou que a história não precisaria ser apresentada, uma vez que ela teria sua própria voz e o historiador apenas teria de dispor dos fatos históricos rigorosamente descobertos conforme a análise metódica de documentos de arquivo. Para que o historiador representar, se a história falaria por si mesma? A pretensão de imparcialidade de Ranke ocultava um gesto de honestidade: ele dispunha os fatos — relativos a todas as partes envolvidas no processo histórico — para que, uma vez entregues ao leitor, ele, leitor, pudesse ouvir a história e fazer seu próprio juízo do que estava organizado por uma narrativa que seria uma escrita que os próprios fatos constituíam, prescindindo da letra dos historiadores para organizá-la.¹⁰

François Hartog (1998) esclarece a questão a partir da análise do historiador como um expositor do passado na tradição retórica comparado ao historiador como um cientista sem voz da tradição historicista, afinal o historiador retórico precisa saber apresentar e o historiador historicista precisa calar-se.

É assim que nos perguntamos se a participação do historiador em outros espaços de atuação com outras habilidades que não restrinjam a

¹⁰ A ideia da imparcialidade de Ranke é de Cassirer (2005) e a reflexão sobre a ideia de que os metódicos acreditavam numa narrativa dos fatos históricos escrita pelos fatos mesmos, pode ser vista em Araújo (1992).

transmissão do saber à habilidade exclusiva de escrever, não é questão teórica a ser enfrentada?

Os historiadores franceses da nova história — como parte de estratégias de prestígio social e poder, sem dúvida — expuseram-se a críticas ao assumir a viabilidade da transmissão do saber da história em espaços que, numa certa concepção da disciplina, seriam incompatíveis com o conhecimento científico. Michel de Certeau, Jacques Le Goff e outros assim o fizeram. E alguns ainda o fazem. De Certeau foi incisivo sobre a história como espetáculo, mas não recusando a questão como impensável, porém, uma vez existente, como questão com suficiente dignidade a ponto de participar do debate teórico do historiador sobre a história. Depois de publicar *A Escrita da História*, em 1975, examinando a trajetória da nova história, De Certeau não sabe dizer se o fenômeno de aparição de historiadores nos meios massivos são depreciadores do rigor científico.

Há um aspecto deste êxito que me impressiona: o apelo ao historiador como testemunho do real. O historiador diz: isto passou-se deste modo ou daquele. Ele compreende. Vê o que está por detrás das aparências e diante ou sob o presente (...) “O real fala-vos” eis a legenda inscrita debaixo das representações produzidas pelo historiador. Isso fascina uma sociedade que tem uma relação cada vez mais abstrata consigo mesma e com as coisas, e que volta a exigir esta ficção do real. Talvez essa procura venha a provocar nos produtores de historiografia uma dupla e paradoxal oferta: uma, da sua autoridade de peritos, que lhe permite atuar e usufruir na cena pública; a outra, da realidade daquilo que apresentam aos consumidores. Esses dois fenômenos de marketing são bastante contrários à disciplina científica, que pretende o esbatimento do autor face ao conteúdo verificável da sua investigação e que articula os resultados sobre as hipóteses de que eles são o efeito. Dever-se-á reconhecer nisto uma submissão da produção científica à lei da procura comercial? (LE GOFF; LE ROY LADURIE; DUBY *et al.* 1977, p.15).¹¹

¹¹ As falas são de uma entrevista, onde estão assinaladas as falas de cada autor. Sabemos que é de De Certeau, pois lá está assinalado que é uma sua intervenção na entrevista, embora o livro seja de “autoria coletiva” em sua maior parte.

Colocando a questão da escrita da história como “problema interno da disciplina”, De Certeau resvala sobre o tema controverso da transmissão da história. Diz sobre os “efeitos de sedução” e de autoridade da escrita sobre o “grande público” como pertinentes ao “próprio papel da História, ontem e hoje” (LE GOFF; LE ROY LADURIE; DUBY *et al.* 1977, p.13). E constata: “A metodologia atua como se tudo se passasse nos arquivos, grutas onde nasceriam os historiadores, e como se a própria produção fosse ‘literatura’, pertencente à genialidade individual dos heróis saídos dessas cavernas.” E conclui: “De fato, a História, arte de tratar os restos, é também uma arte da encenação, e as duas estão estreitamente ligadas” (LE GOFF; LE ROY LADURIE; DUBY *et al.* 1977, p.15). Se a memória concorre com a história, se a memória escapa da história porque ela garante a todos o direito ao passado como um “direito a lembrança” — isso não seria bom? — não haveria oportunidade para o historiador de assim também o fazer, *participando*, indicando publicamente ao invés de se fechar sobre si mesmo?

Também Beatriz Sarlo toca no problema ao rever as “visões do passado” embutidas em “modalidades não-acadêmicas de texto” quando comparadas a textos acadêmicos. Analisando os textos não acadêmicos escritos sobre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina e América Latina, Sarlo considera em especial as “reconstituições baseadas em fontes testemunhais” e assegura que são versões do passado que “se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado”.

Garantem sentido e “consolo” porque oferecem princípios simples que “reduplicam modos de percepção social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele” (SARLO, 2004, p.13) oferecendo certezas e não hipóteses. Um problema se considerarmos que o historiador tem o “dever de memória”! A autora, todavia, considera uma questão relativa ao historiador acadêmico: falta-lhe um

“princípio explicativo forte e com capacidade inclusiva”, o que provoca “insegurança perturbadora” pública pelo passado. Sarlo analisa as “modalidades comerciais” com que o passado circula nas “sociedades midiaticizadas”, o que, muitas vezes, despertam a “desconfiança, a crítica e a inveja rancorosa daqueles profissionais [historiadores] que baseiam sua prática apenas na rotina do método”. E termina com uma advertência:

Como a dimensão simbólica das sociedades em que vivemos está organizada pelo mercado, os critérios são o êxito e o alinhamento com o senso comum dos consumidores. Nessa concorrência, a história acadêmica perde por motivos de método, *mas também por suas próprias restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com regras internas do que com a busca de legitimações externas* que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem até originar a desconfiança de seus pares. As histórias de grande circulação, em contrapartida, reconhecem na repercussão pública de mercado sua legitimidade (SARLO, 2004, p.14-15 – grifo nosso).

Legitimações externas não serão um desafio? Os desafios não nos convidam, historiadores, à versatilidade, a outras “artes”, sem deixar de sermos os profissionais que somos, com formação específica de qualidade e de crítica?

Talvez estejamos vivendo não um desafio, mas passando por uma encruzilhada. Encruzilhada que é a do sistema de ensino superior, não só no Brasil, mas no mundo, provavelmente. E no Brasil, na área de história, a situação se agrava, uma vez que o Ensino, que poderia ser um caminho bastante razoável de se reconquistar o prestígio junto aqueles que amanhã serão os adultos, é notoriamente posto em segundo plano no padrão de funcionamento de nossos cursos — graduação e pós-graduação. Se não encontramos uma terceira via — que não seja nem a submissão ao público, nem o abandono total do juízo da sociedade — não nos afundaremos na fragmentação que inventamos? Bom que haja novas questões — às vezes até mais triviais e corriqueiras — vindas da sociedade em geral sobre nosso lugar: elas talvez nos motivem a refletir fundo sobre nossas tradições criticamente e sem autocondescendência.

Referências

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. História e Narrativa. *Revista do Departamento de História*, Anais do Seminário Fronteiras da História FAFICH/UFMG, n.11, p.57-75, julho 1992.
- BANN, Stephen. *As invenções da História*. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CASSIRER, Ernst. A História. In: *Ensaio sobre o homem*. Lisboa: Martins Fontes, 2005. p. 279-335.
- CHARTIER, Roger. Le regard d'un historien moderniste. In: INSTITUT d'Histoire du Temps Présent. *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica*. Memória, Identidade e Representação. Bauru: Edusc, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, maio./-jun. 2000.
- FERRO, Marc. *A História Viglada*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica no Brasil. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, p.111-126, maio. 1994.
- FRANÇOIS, Etienne. Historiadores Alemães. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.
- GLEZER, Raquel. Entrevista. A divulgação do conhecimento histórico: uma conversa com a professora Raquel Glezer. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.236-245, ago./-dez. 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil Oitocentista. In: *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p.68-85.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 3, p.184-200, dez. 2002.
- HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: *Passados Recompuestos*. Campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed.UERJ/Ed.FGV, 1998. p.193-202.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia* Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul./-dez. 2006.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora / Universidade Candido Mendes / Museu de Arte Moderna, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1982.

LE GOFF; LE ROY LADURIE; DUBY *et al.* *A Nova História*. Lisboa: Edições 70, 1977.

REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RICOUER, Paul. Memoire: approches historiennes, aproche philosophique. *Le Débat*, Paris, Galimard, 2002.

RUSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. (Orgs.) *Jörn Rusen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p.23-40.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. *Revista de História*, Campinas, n.2/3, 1991.